

Mulheres e a Indústria Extrativa de Mineração: uma revisão sistemática

Introdução

Os minerais são bens essenciais para o conforto humano e sua vida em sociedade. Contudo, os malefícios de sua extração têm sido constantemente discutidos, especialmente em uma perspectiva de crítica à sustentabilidade ambiental da atividade, bem como riscos à saúde e bem estar de trabalhadores e comunidades onde as mineradoras estão estabelecidas (SEGERSTEDT; ABRAHAMSSON, 2019). “Dentro deste setor, particularmente a grande escala e a alta mecanização, operações industriais representam intrusões de capital saqueadoras em comunidades rurais e indígenas” (LAHIRI-DUTT, 2019, p.8, tradução nossa). Além da enorme quantidade de resíduos poluentes procedentes das atividades de extração (rejeitos ou *tailings*), as condições de vida da população são afetadas, com destaque à água poluída, que afeta a atividade de agricultura, dificultando o acesso à comida e aos recursos para seu preparo em comunidades cuja base econômica é a atividade de subsistência (MESQUITA et al., 2018).

Nas representações sociais, a atividade extrativista é frequentemente caracterizada pela construção de um homem antiquado e culturalmente conservador (SEGERSTEDT; ABRAHAMSSON, 2019). “Das várias atividades extrativistas, a mineração evidencia mais profundamente as desigualdades de gênero. Tem-se o aumento de processos violentos contra mulheres, mudanças territoriais locais irreversíveis, além de afetar os modos de vida de homens e mulheres” (ULLOA, 2016, p. 124, tradução nossa). Nesse cenário, as mulheres enfrentam desafios como a desigualdade de gênero e acessos aos benefícios da mineração, pois elas têm sua participação política na comunidade obstaculizada, recebem menos com a venda do minério em comparação aos homens e acabam contraindo doenças por infecções sexualmente transmissíveis, uma vez que vêm na prostituição uma maneira de compensar a diferença dos ganhos (MESQUITA et al., 2018) e garantir sua sobrevivência quando a alta inflação acompanha a chegada de grandes indústrias em pequenas comunidades rurais (SCHILD, 2019).

Protestos e ações de mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas contra os processos extrativistas propõem tanto críticas como alternativas para dinâmicas econômicas que derivam da relação modernidade/colonialidade, que expressam a mercantilização da natureza que gera processos de desapropriação por apropriação ao patriarcado (ULLOA, 2016). Elas “se posicionam como um processo que confronta visões externas de gênero e relações ocidentais, bem como os efeitos do extrativismo, da violência, da apropriação e expropriação de seus territórios e naturezas” (ULLOA, 2016, p.134, tradução nossa). Não são disputas recentes (VIEZZER, 1981) e as vozes e a participação das mulheres continuam invisibilizadas (JENKINS, 2014, 2015).

Os processos liderados por mulheres dentro da indústria extrativista ou nos ambientes em que se instalam levam em consideração estratégias de defesa do território (ULLOA, 2016) e, embora o setor extrativista tenha sido retratado como hiper-masculino ao longo dos anos, ele vem passando por um processo de feminização (LAHIRI-DUTT, 2015). Ainda assim, como a literatura acadêmica relata (SEGERSTEDT; ABRAHAMSSON, 2019; MESQUITA et al., 2018; ULLOA, 2016), há reivindicações de mulheres à gestão sustentável de recursos naturais em contextos de atuação de pequenas (como minas informais) ou grandes atividades de extração de minérios, não apenas conectadas à busca por maior participação em empregos na indústria, pois este é apenas um dos aspectos das inequidades de gênero e não contemplam muitas das mulheres rurais, que desenvolvem atividades de agricultura familiar. “Precisamos prestar muita atenção às maneiras pelas quais a extração global indústria destrói a vida das

mulheres indígenas e pobres, mas não devemos esquecer as mulheres trabalhadoras da indústria e seus direitos” (LAHIRI-DUTT, 2019, p.5).

A Agenda 2030 (Agenda para o Desenvolvimento Sustentável como estrutura acordada para o desenvolvimento internacional para 2030), adotada por 193 Estados-Membros em 25 setembro de 2015 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), apresentou um objetivo independente sobre a igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas, buscando a promoção de padrões de consumo e produção sustentável, incluindo uma participação ativa no setor extrativista por mulheres. Neste sentido, discutindo para além da maior participação das mulheres no trabalho na indústria, o objetivo deste artigo é identificar na literatura os desafios contemporâneos enfrentados por mulheres que vivem em áreas onde a indústria de mineração está presente, bem como apresentar experiências exitosas de participação feminina nos contextos investigados. As principais contribuições do trabalho com este objetivo incluem: sintetizar o conhecimento produzido sobre a temática a partir dos principais achados das pesquisas selecionadas, apresentando contextos e discutindo resultados de investigações empíricas; identificar lacunas e sugerir direcionamentos para pesquisas futuras.

Mulheres e a Indústria Extrativa de Minérios

O termo ‘mineração’ pode ser utilizado “em um amplo sentido econômico para significar todo o espectro de indústrias extrativas de minerais que variam de altamente capitalizadas a puramente artesanais, de grandes a pequena e micro-escala e do formal ao informal” (LAHIRI-DUTT, 2015, p. 523, tradução nossa). As indústrias extrativistas, por meio de diversos segmentos de atuação, como a mineração, a perfuração de petróleo, perfilagem e *fracking* hidráulico, são responsáveis pela interferência na vida e no meio de subsistências de famílias e comunidades rurais, de maneira que tanto mulheres como homens são impactados de diferentes maneiras pela extração de recursos (CARETTA; ZARAGOCIN, 2020). Por conta dos impactos gerados, é frequentemente mencionado que, após cessadas as atividades extrativistas, deve-se ter o menor número possível de marcas na natureza, paisagem e na vida das pessoas que vivem na área (SEGERSTEDT; ABRAHAMSSON, 2019).

A atividade extrativa de minérios gera efeitos irreversíveis em áreas fluviais ou marítimas, polui o ar e o solo, além de transformar a paisagem, uma vez que seu processo também envolve o desmatamento, o que afeta a biodiversidade (ULLOA, 2016). Dentre os problemas sociais enraizados nas comunidades em que essas empresas estão instaladas, têm-se os baixos níveis de educação, estagnação econômica, escassos serviços de assistência social, baixos níveis de atividade em setores como comércio, habitação, comunicação e infraestrutura, além de apresentar um mercado de trabalho segregado por gênero com frequente violência contra a mulher, em cenário marcado pela prostituição e o assédio (PINEDA; MONCADA, 2018; SEGERSTEDT; ABRAHAMSSON, 2019). Como diz Schild (2019, p. 29, tradução nossa), “tanto para o capital quanto para as agências reguladoras governamentais, a degradação ambiental é um custo ecológico e social externo à produção”.

O desenvolvimento nas indústrias extrativistas produz impactos políticos, econômicos, ecológicos e de gênero na comunidade que a hospeda (LAHIRI-DUTT, 2015). Embora “as questões de sustentabilidade social sejam consideradas importantes pelo setor de mineração (pelo menos retoricamente) e pelas comunidades e por pesquisadores e profissionais” (SEGERSTEDT; ABRAHAMSSON, 2019, p.610, tradução nossa), têm-se o desafio de equilibrar as necessidades das empresas de mineração com as preocupações ambientais, isso porque além de uma infraestrutura útil para a comunidade (SEGERSTEDT; ABRAHAMSSON, 2019) ela cria efeitos ambientais negativos e irreversíveis. São exemplos:

o desmatamento, a deterioração, as alterações hidrológicas, a perda da biodiversidade e as alterações na saúde como câncer, mutações, problemas respiratórios entre outros (PINEDA; MONCADA, 2018). A relação entre capital e meio ambiente tem implicações na vida de ecossistemas e comunidades (SCHILD, 2019).

Segundo Schild (2019, p.25, tradução nossa) “o capitalismo sempre se baseou na transformação da natureza em recursos para exploração e, nesse sentido, pode-se dizer que também molda e transforma a natureza”. As indústrias extrativas possuem uma extensa gestão de recursos naturais dentro de sua área, principalmente dentro do setor de grande escala de operações industriais (LAHIRI-DUTT, 2019). Assim, elas promovem uma dinâmica econômica que modifica e afeta a vida de povos indígenas, afrodescendentes e camponeses (ULLOA, 2016). Dentre as preocupações de ambientalistas, povos indígenas e pequenos agricultores em relação aos impactos gerados pelo extrativismo, têm-se a perda de biodiversidade e a contaminação por pesticidas (SCHILD, 2019). E, embora uma série de estudos tenha sido produzida sobre extrativismo, em especial sobre a mineração, as questões de gênero não têm sido o ponto central dessa investigação (ULLOA, 2016).

A desapropriação forçada de território, contaminação local e o aumento da violência de gênero são apenas alguns dos obstáculos enfrentados por mulheres que vivem em comunidades com recursos naturais com indústrias de extração de média e grande escala (CARETTA; ZARAGOCIN, 2020). A mineração ainda é considerada um espaço masculino, construído historicamente assim, que, quando mulheres acessam esses espaços, usualmente se deparam com condições de desigualdade social e trabalhistas alinhadas à violência de gênero (ULLOA, 2016). Outro ponto de destaque é que os benefícios econômicos advindos da atividade mineira são desigualmente distribuídos entre homens e mulheres (MESQUITA et al., 2018). “A masculinização do espaço no trabalho associado com a mineração constrói desigualdades e localiza mulheres na esfera doméstica (real e simbólica) ou como um objeto sexual” (ULLOA, 2016, p.130, tradução nossa), o que ocorre porque homens são interpretados como trabalhadores naturais para a indústria de mineração, enquanto as mulheres são representadas como companheiras afetivas e sexuais (LAHIRI-DUTT, 2019).

A poluição e escassez da água por conta do setor extrativista é uma preocupação da maioria das mulheres (CARETTA; ZARAGOCIN, 2020) porque o seu uso para atividades agrícolas e domésticas é prejudicada (MESQUITA et al., 2018) e “não surpreende saber que as mulheres estão na vanguarda das lutas contra contaminação e por justiça ambiental” (SCHILD, 2019, p.33, tradução nossa). Lahiri-Dutt (2015) argumenta que mulheres casadas com mineiros são socialmente classificadas em suas comunidades na classe determinada pelo emprego de seus maridos. E, embora as mulheres tenham uma longa participação histórica na indústria extrativista (LAHIRI-DUTT, 2019), seja quebrando e transportando minério, em atividades de fundição ou outros postos (LAHIRI-DUTT, 2015), o trabalho na mineração continua reconhecido como masculino (LAHIRI-DUTT, 2019).

O contexto no qual mulheres e a indústria extrativista se cruzam é marcado por configurações espaciais que incluem ou excluem, além de envolver violência física e mental sofrido por mulheres e participação limitada na política e tomada de decisão (CARETTA; ZARAGOCIN, 2020; MESQUITA et al., 2018; ULLOA, 2016). Elas são empurradas para mineração informal como mão de obra barata e/ou familiar (LAHIRI-DUTT, 2019), excluindo-as do processo, o que também pode ser impulsionado por crenças religiosas de que elas viriam a contaminar o processo ou diminuir a produção (ULLOA, 2016). Mulheres que trabalham na mineração têm oportunidades econômicas e profissionais, mas dificilmente acessam cargos de gerência (CARETTA; ZARAGOCIN, 2020), mesmo que “as mulheres tenham uma longa história de participação e contribuindo para todo o espectro das indústrias extrativas. Então, por que o trabalho de mineração ainda está percebido como um domínio masculino?” (LAHIRI-DUTT, 2019, p.14, tradução nossa). Por que, quando finalmente elas

conseguem acessar espaços na indústria, têm seus direitos atacados, violados e são submetidas a condições de desigualdades sociais e trabalhistas? (ULLOA, 2016).

O direito das mulheres de participar da mineração deveria significar que elas têm lugar na indústria e permissão para participar com voz ativa no que tange às decisões dentro do setor, referentes ao seu bem estar, saúde, status e autonomia (LAHIRI-DUTT, 2019). Todavia, “o problema dos direitos das mulheres na mineração não é suficientemente abordado” (LAHIRI-DUTT, 2019, p.13, tradução nossa). Segundo Mesquita et al. (2018), a participação política das mulheres em suas comunidades ainda é remota e insustentável. Poucas conseguem ocupar cargos políticos, podendo ser impedidas de continuar exercendo a atividade pública a qualquer momento, por revogação de direitos políticos ou proibição do marido.

Ulloa (2016) chamou de feminismo territorial a perspectiva feminista que busca entender as propostas de mulheres sobre o controle local em processos extrativistas. Ou seja, uma política vertical do território capaz de defender este último. “Feministas da América Latina estão denunciando a violência usada para invadir territórios, destruir comunidades e deslocar povos, incluindo o uso de violência sexual contra mulheres explicitamente, em nome do desenvolvimento” (SCHILD, 2019, p.24, tradução nossa). Dentre as preocupações feministas com os impactos advindos da atividade mineradora, têm-se os problemas de saúde, mudanças nos papéis produtivos, contaminação da água e degradação ambiental, o que faz com elas percam meios que as ajudem em suas atividades de subsistência, levando-as a se organizarem em grupos e levantarem a questão da justiça ambiental (MESQUITA et al., 2018). Logo, as mulheres começaram a chamar “a atenção para os efeitos devastadores da mineração, exploração madeireira e industrial agricultura que ameaçam a viabilidade da vida humana e não humana” (SCHILD, 2019, p.24, tradução nossa).

Para Ulloa (2016, p.128, tradução nossa), “é necessário analisar como na mineração antiga, em geral, as mulheres têm desempenhado um papel de liderança e como as atividades de mineração também foram femininas”. Mesmo assim, pesquisas sobre mineração industrial ainda negligenciam as mulheres em seus trabalhos, apesar da emergência de dados sobre inclusão de gênero em relatórios de sustentabilidade, tratando sobre acesso de mulheres a recursos econômicos e comunitários, principalmente no que se refere ao desenvolvimento, serviços, infraestrutura e inclusão de mulheres indígenas (LAHIRI-DUTT, 2019).

O feminismo se tornou um forte movimento político na América do Sul, caracterizado pelas diversas vozes que identificam e falam sobre múltiplas formas de opressão, que juntam-se em um movimento por mudanças que são anti-patriarcal, anti-racistas e anti-capitalistas (SCHILD, 2019). As lutas territoriais-ambientais que são lideradas por mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas se concentram no cuidado do território, do corpo e da natureza, bem como na crítica dos processos de desenvolvimento e extrativistas (ULLOA 2016). As feministas acreditam que as questões ambientais e de saúde, frutos de um devastador impacto ambiental produzido pela indústria extrativista são um problema a ser tratado com urgência e não como um secundário ao movimento feminista (SCHILD, 2019). “Elas colocam a defesa da vida como eixo central, com base em suas práticas e relações entre homens e mulheres e as relações do ser humano com o não humano.” (ULLOA, 2016, p.134, tradução nossa.). “As lutas ambientais indígenas e o ativismo das mulheres estão em vanguarda nas lutas contra as repetidas violações dos direitos básicos das comunidades rurais e indígenas por grandes empresas de mineração, madeireiras e agricultura” (SCHILD, 2019, p.38, tradução nossa). Mesmo presentes nas lutas, as mulheres ainda enfrentam desafios e conflitos na participação política e tomada de decisão sobre problemas ambientais e sociais. Quando elas conseguem acessar esses postos não possuem igualdade nas tomadas de decisão, uma vez que a decisão masculina é privilegiada (ULLOA, 2016).

Procedimentos Metodológicos

Neste estudo foi realizada uma revisão sistemática de estudos de caso para analisar evidências científicas sobre os desafios contemporâneos enfrentados por mulheres que vivem em áreas onde a indústria de mineração está presente, bem como apresentar experiências exitosas de participação feminina nos contextos investigados. Para tanto, foram seguidas oito etapas: 1 – Definição da questão de pesquisa; 2 – busca dos estudos na literatura; 3 – seleção dos artigos; 4 – extração dos dados; 5 – avaliação da qualidade metodológica; 6 – síntese dos dados; 7 – avaliação da qualidade das evidências; e 8 – redação e publicação dos resultados (GALVÃO; PEREIRA, 2014). Este tipo de revisão propõe a inclusão de estudos com delineamento metodológico semelhante, o que possibilita melhor avaliação crítica dos artigos selecionados (HIGGINS et al., 2019) e de seus resultados.

Os dados foram coletados no mês de Janeiro de 2021 na principal coleção da Web of ScienceTM. Não foi estabelecido idioma de publicação para localização dos artigos na base de dados. Foi utilizada a seguinte estratégia de busca: ("female*" or "wom?n" or "gender*" or "feminine*") and ("mining" or "mining industr*") and "case stud*". Foram desmarcadas as opções “Conference Proceedings Citation Index - Science (CPCI-S) --1990-presente” e “Conference Proceedings Citation Index - Social Science & Humanities (CPCI-SSH) --1990-presente” para evitar a inclusão de artigos em eventos, considerados ainda em elaboração.

Os critérios de inclusão definidos para a pesquisa foram: artigo publicado em uma revista avaliada pelo sistema duplo-cego (*peer-review system*), publicado em qualquer idioma, no recorte temporal de 2016 a 2020 (para inclusão de trabalhos recentes dos últimos cinco anos), com metodologia rigorosa e claramente descrita e que abordasse a temática de interesse. O critério de exclusão foi: artigos que abordassem a temática buscada de forma superficial ou apenas com menções rápidas sobre o assunto.

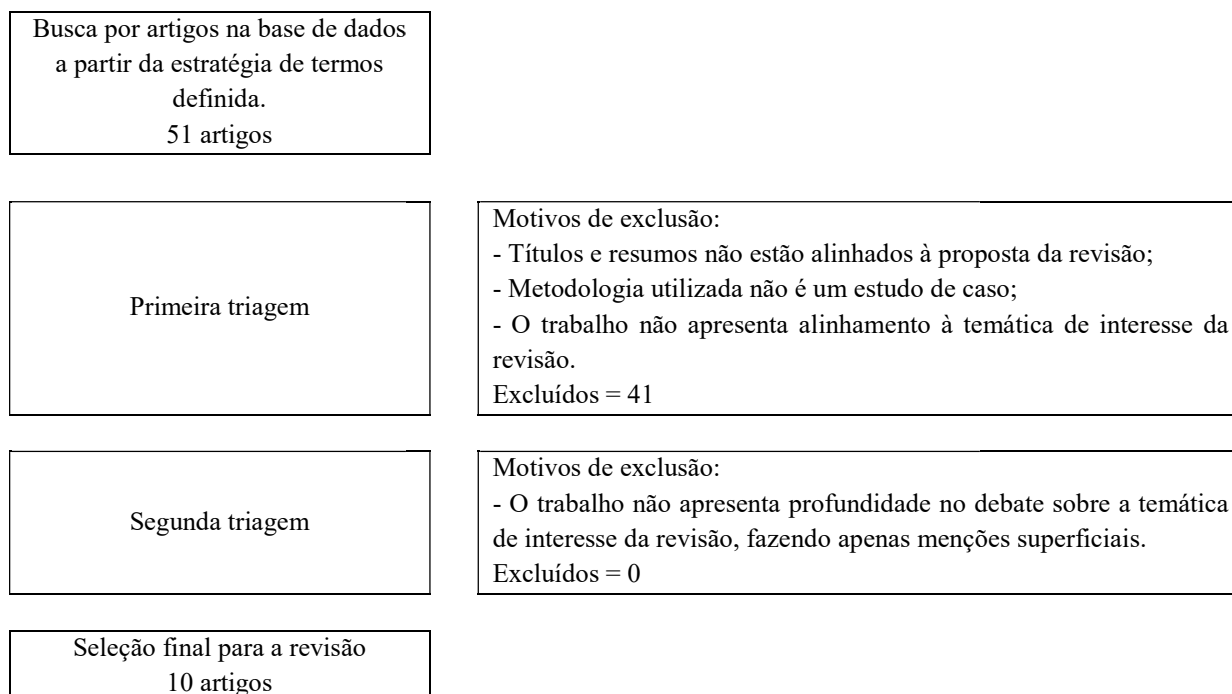


Figura 1 – Processo de seleção dos artigos para a revisão.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

A busca e a seleção dos artigos, conforme etapas ilustradas na Figura 1, foram realizadas por dois pesquisadores distintos que analisaram título, resumo e, em uma segunda etapa de triagem, o texto completo dos estudos. Um terceiro revisor participou da resolução

de conflitos, quando houve discordância na inclusão ou exclusão final dos estudos. Os pesquisadores reuniram-se para analisar criticamente os estudos incluídos e destacar os principais resultados para compor a sinopse das evidências. Na seção seguinte são apresentados os resultados, que foram organizados em quadros e tabelas, de forma a sistematizar as evidências encontradas.

Resultados e Discussões

Para a análise final, foram selecionados 10 artigos que atendiam aos critérios pré-estabelecidos no protocolo metodológico. A busca foi feita em contextos internacionais, contudo, pode-se identificar que os resultados se concentraram em países da África (5), nas Américas (3) e Ásia (2). A síntese dos resultados se apresenta em duas subseções, “desafios” e “experiências exitosas”.

Quadro 01 - Artigos selecionados para análise

Autor/Ano	Revista	Título
Yong Lyn (2021)	Review of Economics of the Household	Male employment and female intra-household decision-making: a Mexican gold mining case study
RICKARD (2020)	The Extractive Industries and Society	Gender, agency and decision making in community engagement: Reflections from Afghanistan's Mes Aynak Mine
PRETORIUS (2019)	Tydskrif vir Geesteswetenskappe	Women in mining towns: A case study from Emalahleni
BASHWIRA (2019)	The Extractive Industries and Society	Women, mining and power in southeastern Democratic Republic of Congo: The case of Kisengo
KEOVILIGNAVONG (2019)	Resources policy	Mining governance dilemma and impacts: A case of gold mining in Phu-Hae, Lao PDR
LAUWO (2018)	Journal of Business Ethics,	Challenging Masculinity in CSR Disclosures: Silencing of Women's Voices in Tanzania's Mining Industry
HUGGINS; BUSS; RUTHERFORD (2017)	Geoforum	A 'cartography of concern': Place-making practices and gender in the artisanal mining sector in Africa
KILU (2017)	Gender, Technology and Development,	Beyond the barriers: witnessing shifting gender dynamics in multinational mine jobs in Ghana
ISLA (2017)	REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES-COSTA RICA	CONGA NO VA! THE GUARDIANS OF LAGOONS: DEFENDING LAND, WATER AND FREEDOM IN CAJAMARCA, PERU
LAMALICE (2016)	REVISTA DE GEOGRAFIA NORTE GRANDE	Socio-territorial effects of mega mining and social reaction: the case of Minera Alumbrera in the province of Catamarca, Argentina

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Desafios

Au Yong Lin (2021) buscou estudar a relação entre *booms* na mineração, historicamente dominada por homens, e decisões de mulheres inseridas neste contexto. Com sua pesquisa, a autora identificou que os homens que vivem em regiões de exploração de ouro, tiveram perspectivas de emprego aumentadas durante o *boom* da mineração, mas o mesmo não acontece com as mulheres, que parecem não ter sido afetadas positivamente por este efeito. Outro efeito relevante observado foi a percepção de segurança do homem, que, expostos a ambientes mais perigosos, conviviam frequentemente com situações que desencadeiam tensões psicológicas, potencializando o risco de violência doméstica a partir da transferência destas tensões ao ambiente doméstico, culminando em caso de violência contra as parceiras.

Em consonância ao apresentado por Au Yong Lin (2021), Pretorius (2019) também observou que as mulheres residentes de Emalahleni - África do Sul, possuem uma taxa de participação mais baixa na força de trabalho e uma taxa de desemprego mais alta, ganhando menos que os empregados homens em empregos similares. Além disso, as companheiras de homens trabalhadores de mineração estavam menos satisfeitas com sua qualidade de vida em comparação às mulheres que eram chefes de suas famílias, mas estas possuíam mais preocupação relacionada a violência doméstica.

Rickard (2020) investigou os fatores que permitem e restringem a agência das mulheres e a capacidade delas de influenciar decisões no contexto do setor de mineração no Afeganistão e como a compreensão de gênero e cultura local afetam a participação das mulheres no setor. Desse modo, foi percebido pelo autor que o setor continuará sendo priorizado pelo governo do Afeganistão, entretanto, sem a devida atenção à questão do gênero. Ele conclui que há o risco da mobilidade das mulheres e seu poder de tomada de decisão serem limitados, propondo que seja necessária uma maior interação entre os diversos *stakeholders* para que esta limitação não ocorra, e as mulheres possam ser integradas e participativas no setor.

Bashwire e Cuvelier (2019) estudaram as *Moutrousses*, um grupo de mulheres que auxilia os mineiros artesanais na secagem e limpeza de minerais em minas próximas a Kisengo - República Democrática do Congo. De acordo com os autores, há diferenças consideráveis entre as mulheres mineradoras em relação a sua capacidade de frequentar os ambientes sociopolíticos complexos e instáveis como os ambientes de mineração artesanal e muitas delas sofrem por não ter os meios financeiros e conexões para possuírem a autonomia necessária nas atividades de mineração artesanal. Em sua jornada para serem formalizadas no grupo de mineradores, elas atuaram principalmente na informalidade, não reivindicando suas demandas publicamente através de petições ou de outras estratégias mais visíveis, que são mais frequentemente utilizadas pelos participantes masculinos na atividade de mineração artesanal.

Keovilignavong (2019), em sua pesquisa no distrito de Pek, província de Xieng Khouang (XKH) do Laos, analisou como os governos locais exerceram os poderes legais relacionados aos seus direitos e deveres oficiais para administrar os impactos da mineração local. Seus resultados apontaram para os impactos da mineração local nos recursos naturais, havendo degradação do ambiente e forçando a mudança de estratégias de subsistência locais, afetando principalmente as famílias mais pobres e as mulheres que percebiam a mineração artesanal como uma forma de aumentar sua renda e de se sustentar. Portanto, para os autores, os poderes legais foram incapazes de garantir o acesso aos recursos, distorcendo as opções de subsistência local e permitindo a continuação de práticas de mineração ilegais.

O trabalho de Huggins, Buss, Rutherford (2017) trata sobre questões de gênero ligadas à participação das mulheres na mineração artesanal e aponta a falta de representatividade para mulheres em um cenário de tomadas de decisão e papéis econômicos

baseados em uma visão masculina. Lahiri-Dutt (2015) argumenta que, embora a indústria extrativista seja retratada ao longo dos anos com hiper-masculina, a mineração tem iniciado um processo de feminização, principalmente por meio de práticas extrativas informais nas quais mulheres acabam criando essas novas geografias de gênero na mineração. Corroborando com os achados de Huggins, Buss, Rutherford (2017), Kilu (2017) também apresenta barreiras para a entrada no mercado de trabalho nas mineradoras ligadas ao gênero. Ambos os trabalhos apresentam que, socialmente, a mineração é vista como uma atividade a ser praticada por homens e coloca a mulher em situação de inferioridade. Quando mulheres trabalham na mineração elas têm oportunidades econômicas e profissionais, contudo não acessam cargos gerenciais ou de supervisão (CARETTA; ZARAGOCIN, 2020).

Lauwo (2018) buscou conscientizar sobre o silenciamento de vozes de mulheres. Para a autora, apesar de pressões locais e globais direcionadas às empresas de mineração da Tanzânia para promover o bem estar dos funcionários, bem como elas se declararem compromissadas com isso, as mulheres que conseguem emprego na indústria têm que enfrentar situações de assédio por seus superiores, segregação sexual e tratamento injusto, além de não conseguirem alcançar cargos mais altos na hierarquia. As mulheres ainda enfrentam desafios e conflitos na participação política e tomada de decisão, uma vez que a decisão masculina é privilegiada (ULLOA, 2016). Isla (2017), em sua pesquisa no Peru, encontra desafios não mais ligados ao trabalho na indústria extrativista, mas à luta de mulheres em oposição aos efeitos negativos gerados por ela. Na Argentina, La Malice e Klein (2016) estudam os conflitos gerados pela mineração, retratando a oposição das mulheres à indústria, além de suas críticas e movimentos cobrando as autoridades políticas.

O Quadro 1, a seguir, aponta a síntese dos desafios enfrentados por mulheres no contexto do trabalho e do impacto da inserção de mineradoras em seus cenários locais, bem como as principais conclusões ou contribuições dos estudos analisados à temática.

Quadro 1 – Resumo dos principais achados da revisão sistemática e limitações relatadas na literatura

Estudo	Local	Desafios enfrentados	Principais Contribuições
Lauwo (2018)	Tanzânia	Dentre os desafios enfrentados, têm-se preocupações mistas sobre assédio, segregação sexual e tratamento injusto dentro da indústria.	É discutido sobre a "abertura" de empresas para a contratação de mulheres na indústria de mineração, entretanto, essas vagas são caracterizadas como consideradas femininas. As mulheres que participaram da área administrativa relatam assédio de seus superiores
Huggins, Buss e Rutherford (2017)	Quênia, Serra Leoa e Moçambique	Além de serem vistas como um objeto para exploração sexual, elas possuem participação ativa na mineração artesanal mas não tem reconhecimento, posto que a mineração é comumente referenciada como feita por homens. Tomadas de decisões e papéis econômicos são tidas como masculinas.	Desigualdade de gênero reforçada pelo governo dentro do cenário da mineração artesanal. Líderes homens recebem privilégios. Existe a necessidade de representação para as mulheres frente aos governos
Kilu (2017)	Gana	Em Gana, as mulheres não têm seu trabalho nas minas reconhecido. Isso porque a desigualdade de gênero é um traço marcante da sociedade. Essa desigualdade decorre de uma estrutura social que dá privilégios a homens.	Acredita-se ainda que os homens são capazes de suportar tarefas difíceis e pesadas, ideia fundamentada em uma visão estereotipada de que as mulheres não têm força ou capacidade para realizar o trabalho.
Isla (2017)	Peru	As mulheres da enfrentam desafios na luta pela preservação de recursos naturais, principalmente em defesa da água. Por conta dos movimentos iniciados em busca da defesa, elas têm sofrido perseguição seletiva, repressão, assédio, perseguição fiscal, detenções ilegais e até morte.	As mulheres iniciaram o movimento de defesa porque acreditam que defender a água é proteger seus filhos, família e futuras gerações. Elas acreditam que deve-se ter um desenvolvimento social justo e que se faz necessário a oposição à indústria.
Lamalice e Klein (2016)	Argentina	As mulheres não participavam dos cargos de gestão porque seu papel era ligado ao cuidado da família. Para as pesquisadas, conciliar a vida pessoal e familiar é um desafio.	A distinção entre homens e mulheres é acentuada. Elas sofrem mais.
Au Yong Lyn (2021)	México	Apesar dos homens terem experimentado um aumento na perspectiva de emprego decorrente do <i>boom</i> na mineração, as mulheres não vivenciaram o mesmo efeito, e, além disso, elas foram mais propensas ao risco de violência doméstica.	As mulheres experimentaram um aumento geral em sua capacidade de participar dos processos de tomada de decisão familiar, entretanto, também experimentaram mais propensão a violência doméstica.
Rickard (2020)	Afganistão	Há o risco da mobilidade das mulheres e seu poder de tomada de decisão ser limitada pela atuação do poder público que não oferece maior apoio a elas.	O setor de mineração continuará sendo priorizado pelo governo do Afeganistão, entretanto, sem a devida atenção à questão do gênero, carecendo de maior apoio.

Pretorius (2019)	África do Sul	As mulheres possuem uma taxa de participação mais baixa na força de trabalho, uma taxa de desemprego mais alta, e ganham menos em comparação com os empregados homens em empregos semelhantes.	A maioria das mulheres têm expectativa de trabalhar nas minas. Enquanto 60% dos homens ganham um salário mensal nas minas, menos de 2% das mulheres têm a mesma participação. A renda mensal das mulheres também é significativamente inferior à dos homens. Além disso, as mulheres que chefiavam suas famílias são menos felizes com suas vidas e mais vulneráveis à qualidade de vida que estão vivenciando.
Bashira e Cuvelier (2019)	Congo	Há diferenças consideráveis entre as mulheres mineradoras em relação à sua capacidade de frequentar ambientes sociopolíticos complexos e instáveis como os ambientes de mineração artesanal. Muitas delas sofrem por não ter os meios financeiros e conexões para possuírem a autonomia necessária nas atividades de mineração artesanal.	Foi possível identificar práticas de cooperação exitosas em que as mulheres da região têm se esforçado para garantir a continuidade das atividades de seu grupo. Assim, destaca-se que a colaboração e o espírito de união deste grupo de mulheres, encontrando soluções práticas para enfrentar suas dificuldades e se inserir na cadeia de abastecimento do setor de mineração.
Keovilignavong (2019)	República Democrática do Laos	Os impactos da mineração local nos recursos naturais, havendo degradação do ambiente e forçando a mudança de estratégias de subsistência locais, afetando principalmente as famílias mais pobres e as mulheres que percebiam a mineração artesanal como uma forma de aumentar sua renda e de se sustentar.	Os poderes legais foram incapazes de garantir o acesso aos recursos, distorcendo as opções de subsistência local e permitindo a continuação de práticas de mineração ilegais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Experiências Exitosas

Nos contextos de exploração aurífera pesquisados por Au Yong Lin (2021), os resultados demonstram que o poder de tomada de decisão intrafamiliar das mulheres foi aumentando gradativamente, ampliando sua capacidade de participar dos processos de tomada de decisão familiar. No Peru, Isla (2017) reforça que, apesar das fortes perseguições que sofrem, as mulheres enfatizam as questões legais para defender não somente a terra, mas garantir pensões para crianças e escapar da violência doméstica. Também foi possível identificar práticas de cooperação exitosas por Bashwire e Cuvelier (2019), moldadas pela ‘solidariedade de gênero’, em que muitas delas, mesmo sendo consideradas rivais, têm se esforçado para garantir a continuidade das atividades das *Moutrousses*. A influência da *mère-chef* também foi importante neste contexto, que desenvolveu o papel de ‘mãe cuidadora’, certificando-se de proteger suas “filhas” de abusos e exploração, apoiando-as de financeira e emocionalmente quando precisavam. Assim, destaca-se a colaboração destes grupo de mulheres, encontrando soluções práticas para enfrentar suas dificuldades e se inserir na cadeia de abastecimento do setor de mineração. Em Gana, Kilu (2017) identificou uma motivação para as empresas de mineração adotarem políticas orientadas para o gênero, empoderamento e diversidade.

Conclusões

Os resultados sintetizados demonstram que os desafios enfrentados por mulheres na mineração não são isolados ou tão distantes quanto suas fronteiras geográficas, quando analisados sob um viés de desigualdade de gênero. As distinções não se concentram apenas nas dificuldades para adentrar o mercado de trabalho nessas indústrias, mas também se apresentam quando mulheres buscam participação em movimentos sociais de oposição à indústria e que buscam proteção ao meio ambiente, às comunidades locais e às famílias. A violência doméstica e sexual faz parte da vida de muitas mulheres que vivem próximas às áreas de mineração. O preconceito histórico e social enfrentado por mulheres ainda é marcante, suas relações de trabalho ainda são permeadas por assédios e descredibilizadas.

Referências

- BASHWIRA, M. R.; CUVELIER, J. Women, mining and power in southeastern Democratic Republic of Congo: The case of Kisengo. **The Extractive Industries and Society**, v. 6, n. 3, p. 960-967, 2019.
- CARETTA, M. A.; ZARAGOCIN, S. Women’s resistance against the extractive industry: embodied and water dimensions. 2020.
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, p. 183-184, 2014.
- HIGGINS, J. P. T. et al. (Ed.). **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions**. John Wiley & Sons, 2019.
- HUGGINS, C.; BUSS, D.; RUTHERFORD, B. A ‘cartography of concern’: Place-making practices and gender in the artisanal mining sector in Africa. **Geoforum**, v. 83, p. 142-152, 2017.
- ISLA, A. CONGA NO VA! THE GUARDIANS OF LAGOONS: DEFENDING LAND, WATER AND FREEDOM IN CAJAMARCA, PERU. **REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES-COSTA RICA**, n. 155, p. 45-62, 2017.
- JENKINS, K. Women, mining and development: An emerging research agenda. **The Extractive Industries and Society**, v. 1, n. 2, p. 329-339, 2014.

JENKINS, K. Unearthing Women's Anti-Mining Activism in the Andes: Pachamama and the "Mad Old Women". **Antipode**, v. 47, n. 2, 442-460, 2015

KEOVILIGNAVONG, O. Mining governance dilemma and impacts: A case of gold mining in Phu-Hae, Lao PDR. **Resources policy**, v. 61, p. 141-150, 2019.

KILU, R. H. Beyond the barriers: Witnessing shifting gender dynamics in multinational mine jobs in Ghana. **Gender, Technology and Development**, v. 21, n. 3, p. 206-216, 2017.

LAHIRI-DUTT, K. The feminisation of mining. **Geography Compass**, v. 9, n. 9, p. 523-541, 2015.

LAHIRI-DUTT, K. Do Women Have a Right to Mine?. **Canadian Journal of Women and the Law**, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2019.

LAMALICE, A.; KLEIN, J. L. Socio-territorial effects of mega mining and social reaction: the case of Minera Alumbrera in the province of Catamarca, Argentina. **REVISTA DE GEOGRAFIA NORTE GRANDE**, n. 65, p. 155-177, 2016.

LAUWO, S. Challenging masculinity in CSR disclosures: Silencing of women's voices in Tanzania's mining industry. **Journal of Business Ethics**, v. 149, n. 3, p. 689-706, 2018.

MESQUITA, R. F. et al. Estratégias Participativas de Mulheres Camponesas em Contextos da Indústria de Mineração. In: XLII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2018, 2018, Curitiba. **Anais...**, 2018. p. 1-16.

PINEDA, E.; MONCADA, A. Violencias y resistencias de las mujeres racializadas en los contextos extractivistas mineros de América Latina. **Revista Observatorio Latinoamericano y Caribeño (OLAC)**, n. 2, p. 2-16, 2018.

PRETORIUS, A. Women in mining towns: A case study from Emalahleni. **Tydskrif vir Geesteswetenskappe**, v. 59, n. 4, p. 657-670, 2019.

RICKARD, S. Gender, agency and decision making in community engagement: Reflections from Afghanistan's Mes Aynak Mine. **The Extractive Industries and Society**, v. 7, n. 2, p. 435-445, 2020.

SCHILD, V. Feminisms, the environment and capitalism: On the necessary ecological dimension of a critical Latin American feminism. **Journal of International Women's Studies**, v. 20, n. 6, p. 23-43, 2019.

SEGERSTEDT, E.; ABRAHAMSSON, L. Diversity of livelihoods and social sustainability in established mining communities. **The Extractive Industries and Society**, v. 6, n. 2, p. 610-619, 2019.

ULLOA, A. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **Nómadas**, n. 45, p. 123-139, 2016.

VIEZZER, M. **Se me deixam falar...** São Paulo: Global Editora, 1981.

YONG LYN, A. A. Male employment and female intra-household decision-making: a Mexican gold mining case study. **Review of Economics of the Household**, v. 19, n. 3, p. 699-737, 2021.